

UMA TEORIA É UM MODO DE VER – Considerações sobre as especificidades do Teórico na construção do conhecimento

José D’Assunção Barros¹

RESUMO:

Este artigo parte da idéia central de que as teorias são visões de mundo, e a partir daí desenvolver uma reflexão acerca da distinção entre Teoria e Metodologia, visando o benefício que reflexões como esta podem ter tanto para as pesquisas científicas e na elaboração de textos nas Ciências Humanas, como para a Educação de modo geral. A principal intenção do artigo é trazer uma contribuição para alunos e professores dos campos de conhecimento relacionados às ciências sociais e humanas, oferecendo algumas sugestões práticas e meios para o entendimento e o esclarecimento sobre aspectos relacionados à Teoria e à Metodologia.

Palavras-Chave: Teoria; Método; Ciências Humanas; Conhecimento Científico.

ABSTRACT:

This article attempts to to the idea that theories are visions of the world, and from this point on develop a reflection about the distinction between Theory and Methodology, aiming the benefices that reflections as this can bring not only for the scientific researches and elaboration of texts in Human Sciences, as well for the Education in general. The principal intention of the article is to contribute with students and professors of social and human knowledge fields, giving some practical suggestions and means for understand and clarify some aspects refereed to Theory and Methodology.

Key-Words: Theory; Method; Human Sciences; Scientific Knowledge

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de graduação e pós-graduação em História, e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de diversos livros, entre os quais a série *Teoria da História*, em cinco volumes (Ed. Vozes, 2011), *Os Conceitos – seus usos nas ciências humanas* (Ed. Vozes, 2015), *O Uso dos Conceitos – uma abordagem interdisciplinar* (Ed. Vozes, 2021), e *A Construção da Teoria nas Ciências Humanas* (Ed. Vozes, 2018).

UMA TEORIA É UM MODO DE VER – Considerações sobre as especificidades do Teórico na construção do conhecimento

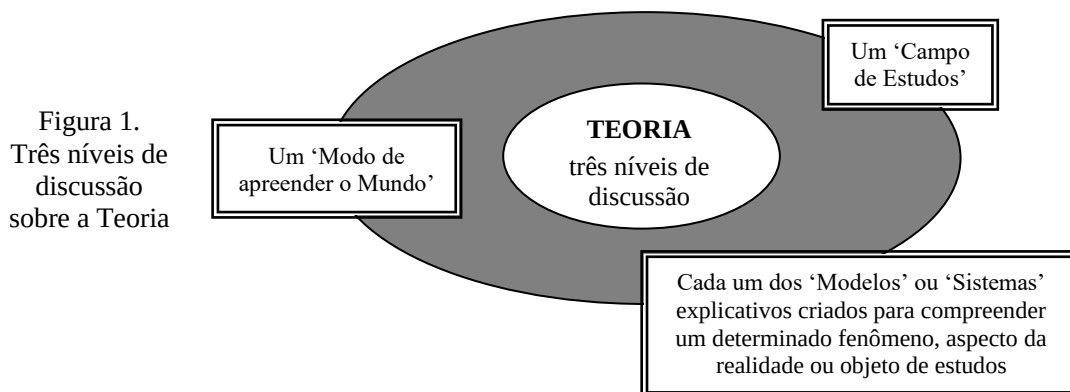
Uma Teoria é uma Visão de Mundo. Com a reflexão que abrimos com esta frase, pretendemos demonstrar neste artigo que toda teoria corresponde a certo modo de ver as coisas. Em que pese que, nas ciências humanas, sempre tenha estado implícita esta percepção da teoria como um “certo modo de ver as coisas” – e isto contra o fato de que, ao longo da história dos vários campos de saber, não tenham sido raras as correntes positivistas se empenharam em sustentar uma maior relação de objetividade entre a Teoria e a Realidade examinada – a verdade é que, nas ciências exatas e da natureza, apenas à entrada do século XX os cientistas começaram a ter maior clareza sobre a forte presença da subjetividade mesmo na medição dos eventos físicos ou na experimentação de laboratório. Heisenberg, no seu ensaio sobre os *Problemas Filosóficos da Ciência Nuclear*, já chamava atenção para o fato de que cada Teoria produz uma certa leitura de realidade, ao promover escolhas entre o que deve ser observado e o que deve ser desconsiderado na complexa realidade do mundo:

“Nós decidimos, pela seleção do tipo de observação empregado, quais os aspectos da natureza que deverão ser determinados e quais os que serão apagados” (HEISENBERG, 1952, p.73).

Certas formulações teóricas, também nos diz Heisenberg (1952, p.24), permitem a colocação de determinadas questões, e não de outras. Por isto, um mesmo evento físico poderia sempre ser analisado a partir de diferentes sistemas regidos por diferentes tipos de “leis naturais”, ou de leis que são postuladas como naturais pelos cientistas, sem que um deles possa afirmar plenamente ser o mais verdadeiro. Esta flexibilidade, tornada possível no contexto da emergência de novos paradigmas científicos como o da Teoria da Relatividade ou o da Física Quântica, seria impensável no momento anterior da História da Física, dominada de fins do século XVII até fins do século XIX pelo paradigma único proposto por Newton. No novo mundo científico que se descortina no século XX, por assim dizer, as ciências físicas e naturais iriam se encontrar finalmente com as ciências humanas na sua aceitação da inevitabilidade de uma subjetividade humana que sempre parece afetar a formulação de qualquer teoria.

É através de teorias, enfim, que os cientistas e os estudiosos de qualquer área de saber conseguem enxergar a realidade, ou os seus objetos de estudos, de formas específicas, seja qual for o seu campo de conhecimento ou de atuação. Um olhar historiográfico para os primórdios da estruturação dos saberes científicos pode nos ajudar neste ponto. De um ponto

de vista etimológico, é particularmente interessante constatar que a noção de “teoria” sempre esteve ligada, desde a Antiguidade, à idéia de “ver” – ou de “conceber” – o que prossegue sendo válido até os dias de hoje². Este aspecto merece uma maior exploração de suas implicações. Quando dizemos que a Teoria é uma “visão de mundo”, podemos discutir esta afirmação em três níveis (Figura 1)³.



A Teoria pode ser abordada, em um primeiro nível, como um ‘campo de estudos’, ou como uma espécie de território constituído por todas as realizações teóricas proporcionadas pelos praticantes de determinado campo de saber. É nestes territórios teóricos, definidos por cada uma das diversas ciências, que encontraremos, em graus vários de amadurecimento e de interação, as linguagens conceituais específicas de cada campo de saber, os seus modos de enxergar a realidade, os paradigmas disponíveis aos praticantes do campo, ou as próprias perguntas que são possíveis de se levantar, naquele momento, com relação aos objetos de estudo típicos do campo de saber em questão. E é precisamente neste nível de significação – a Teoria como ‘campo de estudos’ – que poderemos falar em áreas específicas como a ‘Teoria

² Conforme veremos mais adiante, “Theorein”, a palavra grega para “teoria”, relaciona-se literalmente à “ação de contemplar”. No Latim, “contemplar” refere-se ao ato de examinar profunda e atentamente algo. Remete também a este entrecruzamento etimológico a possibilidade de dizermos, nos dias de hoje, que uma determinada teoria “contempla” este ou aquele assunto. Os antigos gregos costumavam ainda estabelecer uma distinção entre a *theoria*, que remetia à já referida “contemplação”, e a *práxis*, que remetia à “ação” propriamente dita – e já Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, opunha a teoria a qualquer atividade que não tenha a contemplação como seu objetivo último (ABBAGNANO, 1999, p.952). Acompanhando esta divisão entre a Teoria e a Práxis, “teorizar” chegou também a significar, entre os gregos, a dedicação exclusiva ao conhecimento e à sabedoria. Ainda com referência à mútua associação entre “teoria” e “ver”, podemos lembrar que o mesmo verbo que está na origem de “theoria” também originou *Teos* (Deus): “Aquele que Vê”.

³ Particularmente nas Ciências Humanas, a palavra “teoria” tem sido empregada de maneira muito diversificada. Robert Merton já observava que muito frequentemente a palavra é empregada em sentidos diversos, que abarcam desde as menores hipóteses de trabalho até as mais amplas especulações ou aos sistemas axiomáticos de pensamento, daí decorrendo o cuidado que se deve ter no emprego da palavra (MERTON, 1970, p.51). Veremos adiante que, no caso da História, há lugar para cada um destes sentidos particulares e generalizantes da palavra “Teoria”, desde que estejamos conscientes da implicação de cada um destes usos.

da História’, a ‘Teoria Econômica’, a ‘Teoria do Direito’, a ‘Teoria Literária’, e inúmeras outras áreas que nos dias de hoje já encontraram assento como disciplinas acadêmicas.

Também podemos falar de ‘teorias’ quando nos referimos a cada um dos modelos ou sistemas explicativos de que os cientistas se utilizam para compreender os fenômenos, aspectos e objetos que se relacionam às suas especialidades. Há teorias sobre objetos ou processos muito singulares – como a reprodução do mosquito da dengue, a (in)existência de vida em Marte ou a Revolução Francesa. Mas há também teorias sobre questões muito mais amplas – como a “Teoria da Evolução das Espécies”, a “Teoria do Big Bang”, ou as várias teorias sobre os modos de se escrever a História. As inúmeras teorias sobre os diversos fenômenos que concernem à História, inclusive sobre a própria especificidade da História enquanto modalidade científica, cabem na verdade no interior deste imenso território que é a Teoria da História. Desta maneira, pode-se dizer que este nível mais específico de discussão sobre a Teoria está englobado pelo que citamos anteriormente. A Teoria da História abarca dentro de si as diversas teorias da história. A Teoria Econômica é essa arena na qual se confrontam as diversas teorias econômicas sobre as questões específicas sobre as quais se debruçam os economistas. A Teoria do Direito engloba tudo o que já se teorizou até hoje sobre o Direito e suas questões correlatas.

Por fim, um terceiro nível em que se pode refletir sobre o “teórico” é aquele que considera a Teoria como forma específica de apreender a realidade e de enxergar o mundo. Embora seja nossa intenção discutir a Teoria naqueles dois primeiros níveis – a Teoria como ‘campo de estudos’ e as teorias como sistemas para compreender um determinado objeto ou aspecto da realidade – é com este terceiro nível de significação que começaremos. Como ‘modo de apreender o mundo’ – ou mesmo como maneira de agir diante da realidade ou do mundo imaginário – a Teoria se contrapõe ao agir intuitivo, ao comportamento emotivo, ao impulso instintivo, à recepção mística da “palavra revelada”, e a outros tantos modos de conhecer ou de se movimentar no mundo. A Teoria é filha da Razão, e irmã da Metodologia Científica. Não é uma forma melhor nem pior de apreender o mundo ou de nele se movimentar, é apenas uma forma específica, que compreenderemos a partir do contraste entre o ‘teórico’ e o ‘intuitivo’. Por aqui que começaremos.

Dizíamos atrás que “a Teoria é uma Visão de Mundo”, e que, neste terceiro nível de discussão, a teoria corresponde a certa maneira de “ver” e de pensar sobre as coisas. A etimologia da palavra confirma isto, como dissemos, desde os antigos gregos. Ocorre que também a “Intuição” – faculdade que iremos contrapor à capacidade de teorizar, de modo a iluminar uma e outra coisa – não deixa igualmente de dever a sua origem etimológica ao

verbo “ver”. Mas enquanto a expressão “Teoria” deve estar associada a um modo de ver que se estabelece *processualmente* através da razão discursiva (isto é, de uma verbalização que se impõe passo a passo) bem como através de mediações várias entre o sujeito e o objeto “contemplado”, já o “ver” da intuição é algo de natureza inteiramente outra. No Latim, *intuere* significa “ver por dentro”, e a Intuição corresponde a um conhecimento que se produz sem mediações entre o sujeito e seu objeto, que neste caso é apreendido de uma só vez em sua plena singularidade. Ao contrário da “Teoria”, a “Intuição” não precisa de método. Da mesma maneira, a Intuição é instantânea, bem diferente da Teoria, que necessariamente envolve um processo com várias etapas, procedimentos, mediações⁴.

Um exemplo bastante banal poderá facilitar a distinção entre a Teoria (modo de conhecer racionalizado e verbalizado) e a Intuição (modo de conhecer que envolve muito mais as emoções e sensações do que a razão e o método). Suponhamos que, por incumbência profissional ou por decisão associada a uma pesquisa a ser realizada, tomei a meu encargo a análise comportamental de um pequeno grupo de profissionais, de uma família, ou mesmo de determinado indivíduo inserido em certo contexto profissional, hospitalar ou carcerário. Por exemplo, imaginemo-nos na função de um psicólogo criminal que precisa emitir um parecer sobre um presidiário prestes a sair, ou não, para um sistema de liberdade condicional, ou de um psicólogo clínico que precisa emitir a sua opinião acerca da possibilidade de liberação de determinado indivíduo até então sujeito a um regime de internação hospitalar, ou mesmo de um psicólogo institucional que foi contratado por uma empresa para emitir um parecer sobre determinado funcionário que poderia vir a ocupar um cargo de responsabilidade na empresa. Trata-se, em todos estes casos, e podemos tomar como exemplo ilustrativo qualquer um deles, de emitir uma opinião técnica, circunstanciada, científica, sobre as características, comportamento, potencialidades e modos de relacionamento de um certo indivíduo no interior de determinados contextos. O prisioneiro será analisado simultaneamente no contexto carcerário e alternativamente com vistas a um contexto imaginário no qual estará eventualmente reintegrado à sociedade; o paciente clínico será analisado simultaneamente no contexto hospitalar, dentro do qual é sujeito à vigilância e assistência médica, e no contexto imaginário de sua liberação para a vida comum, caso venha a receber alta; o funcionário será analisado no seu ambiente de trabalho e no exercício atual de suas funções, mas fazendo-se também uma projeção de como ele atuaria se fosse empossado no novo cargo empresarial. Ou

⁴ Entre estes mediadores, conforme já veremos na ‘Figura 2’, teremos as hipóteses, os conceitos, os procedimentos argumentativos, a demonstração a partir de elementos empíricos, e assim por diante.

seja, em cada um destes casos, estaremos analisando um indivíduo no seu mundo circunstancial e diante de novas possibilidades.

A Psicologia é uma ciência. O psicólogo encarregado deverá produzir o seu parecer amparado em procedimentos científicos e em relatórios bem circunstanciados. Para obter credibilidade daqueles que lhe confiaram a função, precisará trabalhar no “modo teórico”, por assim dizer. Em vista disto, ele inicia o seu trabalho. Quando se trata de avaliar determinada pessoa com a qual travaremos algum contato pessoal, seja por incumbência profissional, como é o caso, seja por contingências da nossa vida social e cotidiana, podemos começar por estabelecer nossos juízos sobre o indivíduo em questão a partir de uma série de informações, por vezes contraditórias, que nos chegaram desta pessoa. Diante deste vasto material “empírico” que amealhamos ainda desordenadamente, é comum que comecemos a proceder à comparação entre os diversos depoimentos e informações sobre esta pessoa que estamos tentando conhecer em maior profundidade. A respeito do presidiário, obteremos informações de seus colegas de cárcere, mas também das pessoas que com ele conviveram no mundo externo, e também de seus familiares, sem contar a análise de sua ficha criminal. Acerca do paciente clínico, teremos informações obtidas com os laudos médicos, mas também poderemos indagar os demais pacientes que com ele convivem, ou investigar a sua história pregressa no mundo exterior ao ambiente hospitalar. Para nos aproximarmos da vida profissional, das potencialidades e qualificações do funcionário da empresa, poderemos entrevistar seus colegas de trabalho, observá-los todos no seu cotidiano profissional, realizar testes com o indivíduo em questão, avaliar seu currículo e registro de experiências anteriores.

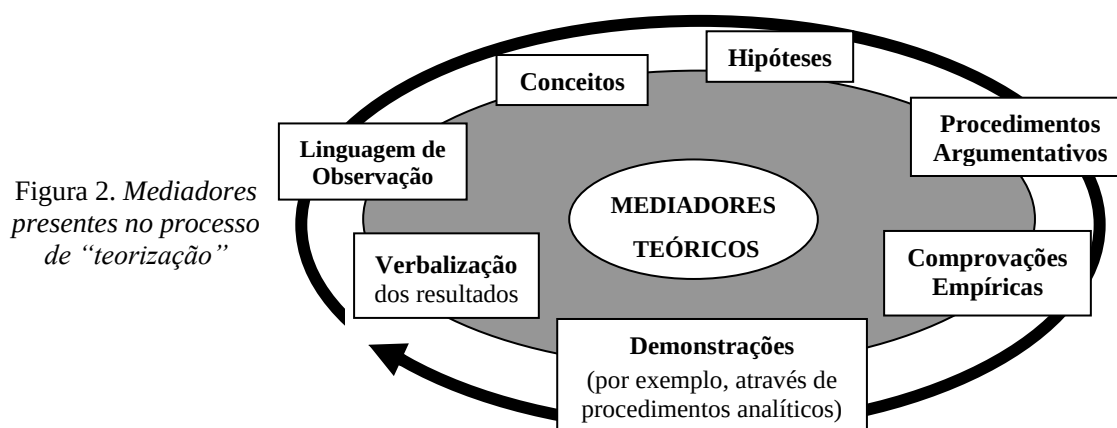
Em cada um destes casos, para começar a empreender uma análise mais sistemática, teremos à nossa disposição um grande conjunto de informações, observações *in loco*, e depoimentos diversificados. Ato contínuo, será preciso organizar todas estas informações que nos são mostradas, interrelacionando-as de acordo com certa lógica, inclusive identificando e destacando contradições (afinal, podemos nos informar sobre uma determinada pessoa, em parte, através de depoimentos de outras pessoas, que também são elas mesmas sujeitos humanos complexos e contraditórios, capazes de má fé, de interpretações equivocadas e de opiniões parciais, perspectivadas). Ao mesmo tempo em que organizamos todo este material informativo e o submetemos a uma rigorosa análise e a ponderações várias, conversas diretas com a própria pessoa em questão – cujo discurso submeteremos a uma “análise” com vistas à identificação de sua sinceridade, de suas características, de seus potenciais, de suas idiossincrasias ou de seu caráter – concorrerão certamente para acrescentar ainda mais materiais aos elementos que já temos à nossa disposição para compor a nossa “teoria” sobre

as características da pessoa que queremos conhecer. Se o psicólogo estiver associado teoricamente à “corrente psicanalítica”, por exemplo, a análise do discurso do indivíduo analisado será mesmo central, e nada se poderá produzir de efetivo que não se inicie pelo gesto de acionar o seu discurso com vistas a uma rigorosa análise pautada em determinados critérios e procedimentos. Se o psicólogo estiver associado à teoria reichiana, talvez seja preciso, literalmente, “desnudar” o analisado. Um behaviorista estará atento ao seu comportamento no grupo, e determinadas correntes holísticas e sistêmicas da psicologia estarão muito atentas à integração do indivíduo com o seu contexto e sua trama de relações. De todo modo, a investigação se iniciou no “modo teórico”, e isso pressupõe lidar com um grande número de materiais e mediações.

É certo que acabamos de mencionar acima, desde já se pode notar, alguns procedimentos “metodológicos”, e não simplesmente “teóricos”, e é preciso desde já ressaltar que existe uma diferença a ser considerada entre a Teoria e o Método, tal como veremos oportunamente. Mas o importante é que compreendamos neste momento que, quando escolhemos o modo teórico de enxergar a realidade, começamos a nos servir de uma série de “mediadores” para compreender a realidade examinada. De um lado, municiamo-nos de informações empíricas e tentamos desenvolver nossos pensamentos, passo a passo (isto é, *processualmente*), através desta base de informação. De outro lado, a todo instante estaremos criando “conceitos” e formulando “hipóteses”. Se, em vista de certas informações colhidas e logo analisadas, o psicólogo vier a classificar um indivíduo como uma pessoa na qual não se pode confiar para determinados fins (que poderá representar determinado perigo para a sociedade, ou que então poderá apresentar algum tipo de ineficiência para a função que lhe será requerida, no caso do funcionário a ser analisado) é porque, bem antes disto, foi estabelecido um determinado conceito de “confiabilidade”. Na própria vida cotidiana, com frequência formulamos conceitos como este e outros – pois, afinal de contas, também podemos trabalhar com o “modo teórico” na vida comum e nas mais diversificadas esferas da vida. A “confiabilidade” é um conceito que também pode ser utilizado no dia-a-dia, e recorrentemente fazemos isto em nossas vidas sociais. Pensar no mundo como passível de ser dividido em pessoas nas quais se pode confiar, e outras das quais devemos desconfiar, pressupõe já certa tábua de leitura do mundo. A própria pergunta que indaga sobre a possibilidade de “confiar ou não em alguém” não teria sentido diante de uma outra maneira de enxergar as coisas. De fato, conforme veremos oportunamente, existem certas perguntas que somente surgem em nossas mentes quando nos orientamos por uma determinada maneira de ver as coisas – por um certo “horizonte teórico”, por assim dizer.

A recolha de materiais e evidências, com a concomitante análise destes materiais através de certos mediadores teóricos e metodológicos – e isto valeria para a Psicologia, para a Química, para a História, ou mesmo para a aplicação do “modo teórico” a ações relacionadas à vida cotidiana – constitui uma necessidade imperativa quando se fala de Teoria. Por fim, além da base empírica e da racionalização a partir de conceitos e hipóteses, existirá sempre uma dimensão lógico-verbal envolvida na construção de uma teoria, e no exemplo em questão não nos comportaríamos de maneira diferente. Se estou tentando criar uma “teoria” sobre alguma coisa, meus pensamentos vão sendo organizados a partir de uma espécie de “conversa” que estabeleço comigo mesmo, ou com um interlocutor imaginário. A “Teoria”, enfim, se desenrola a partir de um padrão discursivo, argumentativo, no qual vamos a cada novo momento encaixando uma coisa na outra ou interconectando pensamentos, ao mesmo tempo em que buscamos demonstrar estes pensamentos passo a passo – seja a partir da comprovação de informações através dos materiais e impressões que temos à disposição, seja a partir de inferências que podemos estabelecer a partir destes mesmos materiais ou de conseqüências dos próprios pensamentos que formulamos antes.

O gesto de “demonstrar” é inseparável de qualquer teoria, e este, aliás, é um ponto que cria uma interconexão fundamental entre a Teoria e o Método, conforme veremos mais adiante. De toda forma, é importante se ter em vista que o processo de elaboração teórica é contínuo e circular, de modo que nele estarão sempre reaparecendo estes diversos mediadores – os *conceitos* e a *linguagem de observação* que darão certa consistência à leitura da realidade trazida pelo sujeito que produz o conhecimento, as *hipóteses* que serão formuladas, os procedimentos argumentativos e comprovações empíricas, as análises encaminhadas através da Demonstração, e a verbalização dos resultados através de uma forma específica de discurso, racionalizada.



Antes de prosseguirmos, uma pequena observação pode ser feita. Nos exemplos que evocamos – a análise com vistas à concessão de liberdade condicional a um prisioneiro, o estudo médico com vistas a dar alta ou não a um paciente, ou a avaliação para auxiliar na decisão sobre a promoção ou não de um funcionário a uma nova função – a “teoria” foi instrumentalizada como forma de poder. A concessão de liberdade, a alta hospitalar ou a promoção funcional correspondem a poderes que serão exercidos sobre seres humanos. Nem sempre a teoria é utilizada para encaminhar o exercício de um poder, mas não deixa de ser interessante refletir sobre o fato de que, através da teoria, pode ser estabelecido um veículo de mediação entre “saber” e “poder”. Um historiador ou um antropólogo que trabalhe com questões relacionadas a identidades, memória, sistemas de dominação, esclarecimento (ou ocultamento) de relações sociais ou políticas, ou inúmeras outras temáticas, também pode estar se inscrevendo em uma rede de poderes e saberes. De qualquer maneira, no momento, esta é apenas uma observação lateral. Sigamos em frente em nosso empenho de caracterizar a natureza do procedimento teórico.

Desenvolver uma teoria, é isto o que iremos considerar agora, constitui algo bem diferente de “ter uma intuição” a respeito de algo. Com a “Intuição”, ao contrário do que ocorre com a teorização, o conhecimento ou a apreensão do objeto dá-se de forma direta, e aqui temos de fato a nítida impressão de termos atingido o âmago do aspecto que nos interessa sem qualquer necessidade de mediações. Se acabamos de conhecer uma pessoa, podemos ter a imediata impressão ou sensação de que se trata de uma pessoa na qual poderemos confiar ou não. O empregador pode contratar o seu empregado, ou promovê-lo, porque teve uma imediata empatia em relação a ele, ou porque teve uma forte “intuição” nesta mesma direção. Para auxiliar a sua decisão de contratar ou promover funcionários, ele poderá requerer uma ajuda especializada, “teórica”, por assim dizer, ou sem grandes percalços poderá se resignar a agir intuitivamente. Já para a liberação de prisioneiros com vistas à liberdade condicional, ou para a emissão de pareceres de alta a pacientes clínicos, uma mera intuição já não é aceitável como procedimento-padrão, pois estas ações são instadas institucionalmente a se fazerem vir acompanhadas de procedimentos teóricos, com laudos precisos de avaliação, com argumentação registrada a favor da decisão tomada em uma ou em outra direção. A psicologia criminal, a perícia criminal e a prática clínica, na cultura ocidental, inscreveram-se na esfera científica, e estão inarredavelmente associadas ao “modo teórico”⁵. A investigação

⁵ A Psiquiatria, um dos campos disciplinares ligados aos chamados saberes “psi”, começa a desenvolver uma reflexão teórica mais consistente a partir do século XVIII, com autores como William Cullen (1712-1790) e Philippe Pinel (1745-1826), e a partir daí vai se inscrevendo definitivamente no rol das disciplinas científicas. Em 1890, a Psicanálise começará a ser constituída teoricamente por Freud (1856-1939). A Psicologia, um saber que estivera tradicionalmente

criminal, por exemplo, pode contar com a intuição em diversos momentos, mas é também uma ciência, e na maior parte do tempo irá trabalhar com o “modo teórico” e com um rigoroso método de investigação.

O que ocorreu com estes campos de saber veio também a acontecer com a História, que aqui evocaremos como mais um exemplo. A partir do século XIX, a História tornou-se científica, e com este mesmo espírito seguiu pelo século XX adentro: doravante, muitos iriam se referir à História como uma Ciência (BLOCH, 1942), ou ao menos como um “estudo cientificamente conduzido” (FEBVRE, 1953). Até muitos daqueles que iriam posteriormente colocar em dúvida o caráter de cientificidade da História (VEYNE, 1971), nem por isso deixariam de sustentar que ela não deveria operar no “modo teórico”. E mesmo Benedetto Croce, que refletiu sobre a temática da *História Reduzida ao Conceito Geral de Arte* (1893), mas não deixou de escrever a sua *Teoria e História da Historiografia* (1917). A “Teoria”, definitivamente, veio a se integrar à História no momento mesmo em que esta começou a se constituir como um campo disciplinar, com assento nas universidades.

A Ciência, portanto – seja no campo da Psicologia, da Perícia Criminal ou da História – opera essencialmente no “modo teórico”, e é por esta via que tendemos a seguir quando praticamos uma disciplina que se pauta por algum padrão de cientificidade. Por outro lado, se ao guiar um veículo nos surpreendermos diante de uma encruzilhada, ficando indecisos perante a possibilidade de dois caminhos a seguir, e não dispusermos neste caso de nenhum mapa ou de qualquer outra informação que nos ajude a chegar a proposições teóricas que orientem a nossa decisão de seguir por um caminho ou por outro, podemos apelar em última instância para a intuição. Uma “intuição” pode dar certo ou não, mas, de todo modo, quando temos uma “intuição”, a impressão que toma conta de nossos pensamentos e sentidos é a de que acabamos de atingir diretamente o âmago daquilo que está diante de nós. Literalmente, com a intuição, temos a impressão de “ver por dentro” (*intuere*). Já a “Teoria” nos permite, ou na verdade *nos obriga* a uma aproximação paulatina do objeto contemplado, pensado ou pesquisado. “Intuição” e “Teoria”, portanto, correspondem a duas formas bem distintas de “ver”. A Teoria vai como que se acercando do seu objeto e do seu problema, estabelecendo uma visão de fora, ainda que sistemática e, de toda maneira, capaz de posteriormente permitir que se atinja o âmago do objeto examinado.

A Teoria, associada ao Método, é a principal forma de obter conhecimento aceita pela Ciência. Não que a Ciência não lide com a Intuição – uma vez que inúmeras descobertas

inserido na Filosofia, começa a constituir campo disciplinar próprio em torno de 1880 (ver, ZIMBARDO, 2004). A psicologia criminal, mais especificamente, remonta ao início do século XX.

científicas foram produzidas a partir de súbitas iluminações que parecem ter surpreendido os próprios cientistas que as encaminharam – mas a verdade é que, mesmo nestes casos, o procedimento científico logo assume as rédeas da experiência e, em seguida, começa a entretecer teorias para que esta forma de conhecimento que é a Ciência comece a avançar e a se estabelecer em bases mais sólidas. Em contrapartida, a Arte traz frequentemente a intuição para o centro do palco dos seus procedimentos criativos, embora nada impeça que o artista também estabeleça procedimentos racionais para a elaboração de sua obra artística⁶. Posto que isto possa acontecer, a teoria na criação artística estará frequentemente subordinada a instâncias como a da Intuição, a da Emoção, e a do juízo estético, ainda que, depois de concluída a obra, um crítico de arte possa perfeitamente empreender uma sistemática análise teórica da obra produzida (a Arte não é considerada nos dias de hoje uma Ciência. Mas a “Crítica de Arte” certamente o é).

Estabelecida esta distância em relação à Intuição, voltemo-nos neste momento para esta forma específica de enxergar e compreender o mundo que é a da Teoria, e reflitamos mais uma vez sobre a nossa frase inicial de que “a Teoria é uma Visão de Mundo”. Será importante compreender que, na história do pensamento, não deixaram de ocorrer variações importantes na já mencionada relação entre a teoria e o “ver”, à medida que o “conhecimento” foi sendo definido ou compreendido de maneiras diversas⁷. A questão das mutações na relação entre a “Teoria” e o “ver” merece de fato algumas considerações. Já ressaltamos que, para a maior parte dos filósofos gregos da Antiguidade, “Theoria” significava ‘contemplação’. Deve-se ter em vista, todavia, que entre os antigos gregos a idéia de conhecimento estava muito associada à noção de ‘percepção’ de uma realidade subjacente a ser *desvelada* pelo filósofo ou pelo pesquisador, de modo que esta “contemplação” que estava fortemente implicada na noção de “theoria” abarcava “simultaneamente a percepção, o conhecimento, e a aceitação da ordem das coisas” (DELATTRE, 1992. p. 224). Pode-se perceber uma mudança

⁶ É preciso ressaltar que nem sempre foram desenhadas muito claramente as linhas de separação entre Ciência e Arte, e enxergar estes campos como pólos contrastantes é apenas uma posição possível, hoje predominante. Podemos lembrar o período renascentista, na Itália da época de Leonardo da Vinci, quando esta clivagem não era muito decisiva. Ademais, na Idade Média, certos campos hoje agrupados entre as disciplinas científicas eram categorizados como “artes maiores” e “artes menores”. As “artes liberais” das universidades medievais – por oposição às “arte servis”, que eram aquelas ligadas à atividade manual, tais como a pintura, a escultura e a arquitetura – subdividiam-se no *Trivium* (Gramática, Dialética e Retórica) e no *Quadrivium*, formado pela Aritmética, Geometria, Astronomia e Música.

⁷ Para alguns autores, a “teoria” é ainda mais do que uma certa maneira de ver as coisas, e chega a constituir uma “certa forma de vida”, típica do mundo ocidental. Podemos acompanhar, por exemplo, as considerações encaminhadas por Gilberto de Mello Kujawski a partir das formulações de Xavier Zubiri em *Cinco Lições de Filosofia* (1997). A Teoria – essa forma de conhecer o mundo que institui o “saber pelo saber” e que tem por objeto “o ser das coisas”, ao mesmo tempo em que se associa intimamente ao método da demonstração – chegaria a constituir mesmo um modo de vida que o Ocidente herda dos gregos: “O ocidental é o homem essencialmente teórico que condiciona sua vida e sua história à visão das coisas segundo certa perspectiva inconfundível com a de qualquer outra variedade humana (exceto os gregos)” (KUJAWSKI, 2002, p.101).

progressiva nesta relação entre a “teoria” e o “ver” à medida que o conhecimento passa a ser proposto mais como uma “construção” do que como uma “percepção”.

A constante reformulação do conceito de “teoria” acompanha esta passagem, esta mudança de atitude do homem moderno perante o conhecimento. É assim que, já desde o início do século XX, e incluindo as próprias ciências exatas e da natureza, cientistas como Albert Einstein (1938) e filósofos como Karl Popper começaram cada vez mais a chamar atenção para o fato de que é a nossa Teoria que decide o que podemos observar, ou *como* observar. Popper, por exemplo, vale-se da interessante metáfora de que “as teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo” (POPPER, 1995, p. 61).

Outro aspecto bastante interessante a considerar é o fato de que as ciências humanas e sociais precedem as ciências exatas e naturais nessa consciência mais aguçada de que, rigorosamente falando, a teoria transforma a realidade observada, ou ao menos revela certos aspectos de uma realidade observada e não outros, conforme essa teoria seja construída de uma maneira ou de outra, ou a partir de certos pontos de vista e parâmetros. Ao menos em algumas das correntes e paradigmas das ciências humanas que já se afirmam desde os séculos XVIII e XIX – e podem ser citados por exemplo alguns dos setores mais relativistas do Historicismo por oposição ao Positivismo como um todo – tem-se razoavelmente bem desenvolvida uma significativa consciência de que o que se pode perceber da realidade acha-se francamente interferido pelo ponto de vista do sujeito que produz o conhecimento. Na segunda metade do século XIX isto já parecia claro para alguns historicistas, como Droysen e Dilthey, entre outros. Desta maneira, pode-se dizer que, no século XX, as ciências exatas começavam a se aproximar de um tipo de auto-percepção acerca dos seus próprios processos de construção do conhecimento que já vinha sendo desenvolvido na prática pelas diversas ciências sociais e humanas, inclusive a História, no século anterior. Poderemos lembrar ainda o filósofo austríaco Wittgenstein (1889-1951), que também iria reforçar esta mesma idéia, mas já aplicada ao campo semântico e lingüístico, ao afirmar que “o limite da minha linguagem é o limite do meu mundo” (1922, proposição 5.6).

Vamos examinar mais de perto esta complexa relação entre a Teoria como “visão de mundo” e o fato de que sempre ocorre, por cada teoria, uma redefinição da realidade que é observada ou imaginada. Apenas para pontuarmos um exemplo, agora relativo à História como campo de conhecimento, podemos evocar um aspecto fundamental da Teoria que se refere à construção de conceitos. Paul Veyne (n.1930), em seu livro *Como se Escreve a História* (1971), já chamava a atenção para o fato de que “a formação de novos conceitos é a

operação mediante a qual se produz o enriquecimento da visão” (VEYNE, 1982, p.106). A esta formulação, o historiador francês seguia argumentando que Tucídides, Eginhard ou São Tomás de Aquino não teriam podido enxergar, nas sociedades de seu tempo, aquilo que hoje nelas procuramos: ‘classes sociais’, ‘mentalidades’, ‘mobilidade social’, ‘atitudes econômicas’, ou tantos outros aspectos que aprendemos a ver nas diversas sociedades históricas através de conceitos que nós mesmos formulamos ou que herdamos, para modificá-los ou não, de nossos predecessores na análise historiográfica. É uma determinada teoria – uma certa maneira de ver as coisas – e seus instrumentos fundamentais, os conceitos, o que nos possibilita formular uma determinada leitura da realidade histórica e social, enxergar alguns aspectos e não outros, estabelecer conexões que não poderiam ser estabelecidas sem os mesmos instrumentos teóricos de que nos valem. Desta maneira, a Teoria pode ser considerada, à partida, como fator de importância fundamental para a constituição de qualquer campo de conhecimento.

A noção fundamental de que as teorias são visões de mundo ficará ainda mais clara de duas maneiras: pelo contraste mais rigoroso entre Teoria e Método, e por um esclarecimento adicional de que, embora as teorias sejam necessariamente visões de mundo, existem outros tipos de visões de mundo que nada têm a ver com Teoria (e este não é apenas o caso do ‘modo intuitivo’, que já exemplificamos anteriormente, mas também de outras práticas como o pensamento mágico, a fé religiosa, ou mesmo o agir instintivo). Vejamos cada um destes aspectos por partes.

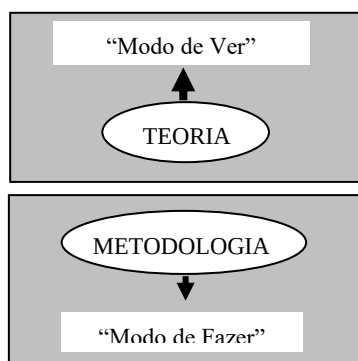
A “teoria” remete, como já se disse, a uma maneira específica de ver o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que estão sendo examinados (vimos atrás que, entre inúmeras correntes teóricas à sua disposição, um psicólogo poderia se associar à corrente teórica da “psicanálise”, trazendo o ‘discurso’ para o centro de seu sistema, ou se ligar à corrente reichiana, para a qual o ‘corpo’ desempenhará um papel primordial, ou então se associar a uma abordagem teórica ‘sistêmica’, que procurará enxergar o mundo através das relações dos indivíduos entre si e em relação ao todo). Falar nestas maneiras diversificadas de ver que se abrem no interior de certo campo disciplinar é falar em “correntes teóricas”⁸.

Por outro lado, a Teoria remete ainda aos *conceitos* e categorias que serão empregados para encaminhar uma determinada leitura da realidade, à rede de elaborações mentais já

⁸ Ver o mundo de determinada maneira, poderíamos acrescentar, é “viver” no mundo de um certo modo e não outro; ou, mesmo ainda, é viver em um certo mundo, e não em outro. Isso nos habilitaria mesmo a dizer que duas pessoas ou grupos de pessoas com visões teóricas diferenciadas vivem, de certa maneira, em mundos diferenciados. É o que sugere Thomas Kuhn, em certa passagem do “Pós-fácio” (1969) que acrescentou ao livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962): “dois grupos cujos membros têm sistematicamente sensações diferentes ao captar os mesmos estímulos vivem, *em certo sentido*, em mundos diferentes” (2007, p.241).

fixadas por outros autores (e com as quais o pesquisador irá dialogar para elaborar o seu próprio quadro teórico). Do mesmo modo, a teoria remete frequentemente a generalizações, ainda que estas generalizações se destinem a serem aplicadas em um objeto específico ou a um estudo de caso delimitado pela pesquisa. Ao lado disto, a Teoria também implica em uma visão sobre o próprio campo de conhecimento que se está produzindo. É por exemplo uma questão teórica importante a subdivisão de certo campo de conhecimento em suas modalidades internas (a Física que se desdobra em ‘termodinâmica’, ‘ótica’ ou ‘mecânica’, por exemplo, ou a Historiografia que se desdobra em ‘história cultural’, ‘história política’, ‘história econômica’, e tantas outras modalidades). Enfim, a Teoria tanto remete à maneira como se concebe certo objeto de conhecimento ou uma determinada realidade examinada, a partir de dispositivos específicos que são os conceitos e fundamentos teóricos de diversos tipos, como também se refere ao modo como o pesquisador ou cientista enxerga sua própria disciplina ou seu próprio ofício.

Figura 3:
*do Contraste entre
Teoria e Metodologia*



Já a “Metodologia” remete sempre a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema e dos materiais concretamente definidos pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação e a prática⁹. Um tipo de entrevista realizado por um psicólogo que tenta apreender as potencialidades de um futuro profissional da empresa, ou a “análise de discurso” de que um historiador lança mão para compreender as suas fontes históricas, são relacionados ao âmbito dos procedimentos técnicos e das metodologias. Quando o historiador situa uma série de documentos em série, e procura incidir sobre elas um

⁹ Mas há também – é preciso ser lembrado – os métodos que se dirigem para a organização do “pensamento”, ou para o adequado desenvolvimento da argumentação. Arrumar as idéias é também um fazer, sendo preciso considerar estes pontos em que a Teoria e o Método se tocam ou se interpenetram.

determinado questionário ou uma tabulação de tópicos e critérios, estará certamente empregando uma “metodologia. Assim, enquanto a ‘teoria’ refere-se a um “modo de pensar” (ou de ver), a ‘metodologia’ refere-se a claramente um “modo de fazer”. Estes dois verbos – “Ver” e “Fazer” – constituem os gestos fundamentais que definem, respectivamente, Teoria e Método (Figura 3).

Poderemos, a partir destas colocações iniciais, sintetizar aquilo que se refere ao Teórico, e o que já se refere ao Metodológico, seja de modo geral ou mais especificamente no âmbito das ciências históricas. O ‘Quadro 2’, situado ao final deste artigo, procura dar um exemplo da distinção entre Teoria e Metodologia tomando como exemplo uma das ciências humanas, a História. O quadro relaciona, à esquerda, tudo aquilo o que se refere ao âmbito teórico e à Teoria da História. Já no lado direito do esquema, encontraremos aquilo que se refere mais diretamente à Metodologia da História. Conforme já postulamos, são elementos pertinentes à Teoria todos aqueles aspectos, fatores e artifícios que se relacionam às “maneiras de ver” e às concepções historiográficas. Os ‘conceitos’, por exemplo, são importantes instrumentos da Teoria. Quando formulamos um conceito como o de “Classe Social”, estamos nos proporcionando certa maneira de enxergar a sociedade, pois imediatamente passamos a concebê-la como dividida de uma forma específica, do mesmo modo que começamos a enxergar a partir desta divisão hierarquizações e antagonismos específicos entre os vários grupos sociais resultantes desta concepção da sociedade. Para dar outro exemplo, conforme definamos de certa maneira o conceito de “Revolução”, e não de outra, estaremos abrindo espaço para algumas formas de enxergar e analisar determinados processos sócio-políticos, e nos fechando para outras¹⁰.

Também pertencem ao âmbito da Teoria da História os grandes paradigmas historiográficos e os sistemas teóricos mais amplos que se destinam a encaminhar a compreensão e análise historiográfica¹¹. Os paradigmas Positivista, Historicista e o Materialismo Histórico, entre outros, pertencem ao quadro de grandes correntes teóricas disponíveis aos historiadores (embora frequentemente estas correntes também envolvam aspectos metodológicos, é preciso desde já ressaltar).

¹⁰ Hannah Arendt (1998, p.17-46), ao definir “revolução” como um movimento social que introduz necessariamente a perspectiva do “novo”, sanciona uma leitura histórica da realidade que considera a Revolução Francesa como um movimento efetivamente revolucionário, mas não a Revolução Inglesa, mais ligada à restauração de determinadas liberdades que haviam sido subtraídas a determinadas classes sociais na Inglaterra do século XVII. Uma outra maneira de definir “revolução”, por outro lado, poderia permitir que a chamada Revolução Inglesa fosse considerada de fato uma revolução. Este exemplo mostra que a redefinição de um conceito transmuta imediatamente a leitura da realidade ou de certos processos históricos.

¹¹ O texto clássico para a definição do conceito de paradigma é o livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas KUHN (1962).

Teorias mais específicas sobre processos históricos – que nada mais são que “maneiras de ver” estes processos históricos singularizados – também pertencem ao âmbito da Teoria da História. Existem, por exemplo, dezenas de teorias sobre o Nazismo, ou sobre os fatores que levaram à eclosão e crescimento do Nazismo na Alemanha do período posterior à primeira Guerra Mundial. Há igualmente uma quantidade indefinida de teorias sobre a Revolução Francesa, que procuram oferecer uma determinada leitura daqueles acontecimentos e processos que se deram na França em fins do século XVIII.

A Historiografia também estabelece ‘diálogos interdisciplinares’ importantes – muitos dos quais de cunho teórico, e outros relacionados ao âmbito metodológico – com outros campos do conhecimento como a Antropologia, a Geografia, a Economia, a Sociologia, a Psicologia, e tantos outros. Por isto, no esquema proposto, os ‘diálogos interdisciplinares’ atravessam tanto a Teoria como a Metodologia da História. Para além disto, a subdivisão da História em modalidades internas – como a História Cultural, a História Política, a Micro-História, e tantas outras – é uma questão teórica importante. Quando atinge certo nível de complexidade, muito habitualmente um campo de saber começa a produzir “espaços intra-disciplinares”, e a permitir, obviamente, conexões as mais diversas entre estes espaços intra-disciplinares de acordo com cada objeto de estudo. O olhar que um campo de estudos estabelece sobre si, identificando e constituindo seus espaços internos, é também uma questão teórica, um modo de enxergar a si mesmo, que no caso da História corresponde a mais uma das tarefas da Teoria da História.

Vejamos agora o outro hemisfério da figura proposta. Conforme já pontuamos, faz parte da Metodologia tudo aquilo que é pertinente ao “fazer da história” – às situações concretas e práticas com as quais deve o historiador se defrontar em seu processo de Pesquisa, de análise de fontes, ou mesmo de exposição de resultados. A partir disto, é possível vislumbrar o que pode ou deve ser relacionado ao âmbito metodológico, para o caso da História. Elementos de importância máxima, que perpassam toda a Metodologia da História e que correspondem de certo modo o seu centro, são precisamente as Fontes Históricas. A Historiografia desenvolve inúmeros procedimentos e metodologias para constituir as fontes históricas, para analisá-las, para serializá-las, para utilizá-las como fontes de indícios e informações historiográficas, ou para abordá-las como discursos que devem ser decifrados, analisados, incorporados criticamente pelo historiador. Inúmeros âmbitos relacionados aos “Métodos e Técnicas” poderiam ser aqui indicados, e a História Oral, a Arqueologia, a Análise de Discurso, ou o tratamento serial e estatístico constituem apenas alguns exemplos.

É imprescindível à Metodologia da História, ainda, o próprio ‘planejamento da pesquisa’, e neste sentido o ‘Projeto de Pesquisa’ constitui um recurso metodológico importante. Claro que, no interior do seu texto, um bom Projeto de Pesquisa também falará de Teoria, uma vez que faz parte de um bom planejamento indicar as referências conceituais, discutir o Quadro Teórico que orientará a análise, formular hipóteses, e dialogar com a historiografia e teoria já existente. Isto posto, tomado em si mesmo, o Projeto de Pesquisa pode ser perfeitamente tratado como um recurso metodológico.

É verdade, ainda, que uma decisão “teórica” pode encaminhar também uma escolha “metodológica”. Reciprocamente, a metodologia – ou uma certa maneira de fazer as coisas – também pode retroagir sobre a concepção teórica do pesquisador, modificando sua visão de mundo e levando-o a redefinir os seus aportes teóricos. Frequentemente, há certas implicações metodológicas a partir de certos pressupostos teóricos, e, inversamente, quando optamos por uma certa maneira de fazer as coisas, de enfrentar situações concretas apresentadas pela Pesquisa, também estamos optando por um certo posicionamento teórico. Por exemplo, não é raro que o Materialismo Histórico – um dos paradigmas historiográficos contemporâneos – seja referido como um campo teórico-metodológico, uma vez que enxergar a realidade histórica a partir de certos conceitos como a “luta de classes” ou como os “modos de produção” também implica necessariamente uma determinada metodologia direcionada à percepção dos conflitos, das relações entre condições concretas imediatas e desenvolvimentos históricos e sociais. Uma certa maneira de ver as coisas (uma teoria) repercute de alguma maneira numa determinada maneira de fazer as coisas em termos de operações historiográficas (uma metodologia).

A Pesquisa em História, e a sua posterior concretização em Escrita da História (isto é, a apresentação dos resultados da pesquisa em forma de texto) envolvem necessariamente este confronto interativo entre teoria e metodologia. O ponto de partida teórico, naturalmente, corresponde a uma determinada maneira como vemos o processo histórico (porque há muitas). Podemos alicerçar nossa leitura da História na idéia de que esta é movida pela “luta de classes”, tal como foi acima proposto. Mas se quisermos identificar esta “luta de classes” na documentação que constituímos para examinar este ou aquele período histórico específico, teremos de nos valer de procedimentos técnicos e metodológicos especiais. Será talvez uma boa idéia empreender uma “análise de discurso” sobre textos produzidos por indivíduos pertencentes a esta ou àquela “classe social” (“classe social”, aliás, é também uma categoria “teórica”). Esta análise de discurso poderá se empenhar em identificar “contradições”, ou em trazer a nu as “ideologias” que subjazem sob os discursos examinados, e para tal poderá se

valer de técnicas semióticas, da identificação de temáticas ou de expressões recorrentes (análises isotópicas), da contraposição intertextual entre discursos produzidos por indivíduos que ocupam posições de classe diferenciadas, e assim por diante.

De igual maneira, se acreditamos que as condições econômicas e materiais determinam em alguma instância a vida social e as superestruturas mentais e jurídicas de uma determinada comunidade humana historicamente localizada (outro postulado¹² teórico do Materialismo Histórico) deveremos selecionar ou constituir metodologias e técnicas capazes de captar os elementos que caracterizariam esta vida material. Dependendo do tipo de fontes históricas utilizadas poderemos, por exemplo, realizar análises quantitativas ou seriais, utilizar técnicas estatísticas para levantar as condições de vida de determinados grupos sociais dentro de uma determinada população, e assim por diante.

É assim que uma determinada Teoria pode se sintonizar com determinadas possibilidades metodológicas; e certamente existem metodologias que favorecem ou que inviabilizam o encaminhamento de certas perspectivas teóricas. Para além disto, a interação entre Teoria e Metodologia também aparece de maneira muito clara na elaboração de “hipóteses”. Via de regra, uma hipótese é gerada a partir de certo ambiente teórico, e frequentemente é formulada a partir de conceitos muito específicos. Posto isto, não há sentido em formular uma hipótese que não possa ser demonstrada – pois, se assim for, não estaremos diante de uma verdadeira hipótese, e sim de uma mera conjectura. É depois que formulamos uma hipótese, e quando partimos para a sua demonstração, que surge a necessidade de uma “metodologia”. Nas ciências históricas, qualquer hipótese apresentada deve buscar respaldo nas fontes primárias, e na análise destas fontes, ou, ao menos, deve ser referida a evidências que tenham chegado ao historiador de alguma maneira. Estes procedimentos – o levantamento de fontes, a constituição de um *corpus* documental, a verificação comparada de informações e a análise dos discursos trazidos pela documentação – estão ancorados, conformes já vimos, na Metodologia. Para verificar uma hipótese, ou para rejeitá-la, é preciso de método. Não é por outro motivo senão este que, no ‘Quadro 2’, fizemos com que a palavra “hipótese” apareça atravessada entre os hemisférios da Teoria e da metodologia. Uma hipótese nasce no mundo teórico, a partir de uma determinada maneira de enxergar a realidade, mas em seguida ela se

¹² Um “postulado” é uma proposição que se pede ao interlocutor que a aceite como princípio incontestável para iniciar ou dar sequência a um processo de raciocínio, embora se reconheça que esta proposição não é nem suficientemente evidente para que seja impossível colocá-la em dúvida (como o axioma) e nem passível de demonstração (como a hipótese). Deve-se considerar ainda que, conforme o horizonte teórico ao qual esteja associada a nossa maneira de ver as coisas, pode-se dar ainda que uma mesma idéia seja recebida como “postulado” ou como “axioma”.

dirige ao âmbito metodológico em busca de comprovação. Torna-se mais um dos inúmeros elos que podem ser estabelecidos entre a Teoria e a Metodologia.

Vemos, portanto, que Teoria e Metodologia são como que duas irmãs siamesas. Uma olha para o alto, buscando enxergar algo de novo no céu estrelado de todas as realidades possíveis e imaginárias. A outra, decididamente prática, aponta para o chão, em busca de soluções concretas para confirmar ou rejeitar as hipóteses aventadas pela irmã. Teoria e Metodologia, separadas uma da outra, não têm muito sentido para a Ciência. A “teoria pura” facilmente poderia se converter em especulação. A “metodologia pura”, a rigor, nem surge como possibilidade, e quando muito se converte em alguma forma de exercício aprendido mecanicamente em alguma fase inicial de treinamento artesanal ou científico. Nas Ciências Humanas, que sempre almejam produzir como resultado uma reflexão fundamentada sobre a realidade social, a Teoria e a Metodologia são gêmeas mais siamesas do que nunca. De todo modo, apesar das mútuas repercussões entre teoria e método, não devemos confundir uma coisa com a outra. Se há uma interpenetração possível entre concepções teóricas e práticas metodológicas disponíveis ao historiador ou a qualquer outro tipo de pensador/pesquisador, deve-se ter sempre em vista que “teoria” e “método” são coisas bem distintas, da mesma maneira que “ver” e “fazer” são atitudes verbais e práticas diferenciadas, embora possam se interpenetrar.

Ainda como um ponto interessante que pode ser ressaltado para o caso da Teoria, deve-se ainda entender que pode existir uma grande diversidade de teorias possíveis para qualquer objeto de investigação ou para qualquer campo de conhecimento examinado, e que as diversas teorias podem se contrapor, se sucederem ou se sobreporem umas às outras. Uma vez que cada teoria propõe ou se articula a uma determinada “visão de mundo”, ela também corresponde à formulação de determinadas perguntas, e consequentemente abre espaço a um certo horizonte de respostas. Na mesma medida em que as teorias se diversificam, também variam muito as respostas proporcionadas por cada teoria em relação a uma certa realidade ou objeto examinado. Thomas Kuhn, autor do célebre livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), já considerava que uma teoria frequentemente se afirma em detrimento de outra precisamente porque responde a algumas questões que a outra teoria não respondia. Nesta perspectiva, as mudanças de teoria (ou as opções por uma ou outra teoria) ocorrem porque uma teoria passa a satisfazer mais do que outra – isto é, porque as questões a que a nova teoria adotada dá resposta começam a ser consideradas mais importantes ou relevantes pelo sujeito que produz o conhecimento. Dito de outra maneira, cada teoria, ao corresponder ou ao equivaler a uma determinada visão de mundo, permite que sejam formuladas certas

perguntas, e, frequentemente, uma nova teoria contrasta com as teorias anteriores que abordaram esta ou aquela questão precisamente pela sua capacidade de colocar novas perguntas. Contrapor à realidade uma nova pergunta, que até então ainda não havia sido imaginada, é já enxergar a realidade de uma nova maneira¹³.

Bem compreendidas as diferenças entre “Teoria” e “Método”, outro comentário importante é o de que, se toda teoria é uma “visão de mundo”, nem toda visão de mundo é necessariamente uma teoria. Uma religião, por exemplo, é uma visão de mundo, e o modo de obter conhecimento em diversas das religiões possíveis nada tem a ver com o ‘modo teórico’, estando relacionado a práticas como a da ‘iluminação’ ‘revelação’ (esta última correspondendo àquele ‘modo de conhecimento’ em que o mundo sobrenatural comunica algo diretamente, e unilateralmente, àquele que recebe a palavra ou o conhecimento revelado). Da mesma maneira, podem constituir visões de mundo, dotadas de suas próprias singularidades, uma mitologia ou uma cosmogonia. A Magia – que também propõe uma prática e um modo de agir sobre a vida cotidiana – também está implicada em um tipo de visão de mundo. Uma concepção artística, do mesmo modo, pode corresponder a outro tipo de visão de mundo, e já vimos atrás que a Arte mais costuma lançar mão dos ímpetus intuitivos e do livre jogo das sensações e sensibilidades do que dos procedimentos teóricos. A ‘Teoria’, portanto, corresponde apenas a um dos vários tipos de visão de mundo que se disponibilizam ao homem no seu permanente esforço de compreender e recriar o mundo no qual se encontra inserido.

Embora a palavra “teoria” também possa ser empregada para diversos outros tipos de atividades, já fizemos notar que geralmente as teorias – e as Teorias da História não são exceção – correspondem a um tipo de visão de mundo que se relaciona mais estreitamente com o que hoje entendemos por Ciência¹⁴. Quando a “Teoria” não é vista como, *ela mesma*, diretamente relacionada a um conhecimento que se postula como científico, ao menos se pode dizer que ela se mostra necessariamente – no sentido em que hoje a compreendemos (e não

¹³ Vale lembrar que, não raro, uma nova pergunta só pode ser formulada, ao menos em uma dimensão mais ampla de aceitação, quando a sociedade ou uma determinada comunidade científica já apresenta condições para resolver os problemas por ela colocados. Da mesma forma, uma sociedade “não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver”. Karl Marx anota este aspecto explicitamente no *Prefácio para a Crítica da Economia Política* (1859). De igual maneira, uma nova imagem do mundo a ser elaborada por uma teoria científica só consegue florescer em épocas e terrenos propícios. Delattre, em seu verbete para a *Enciclopédia Einaudi*, ressalta este aspecto para a questão do “geocentrismo”: “É sabido que a idéia de não imobilidade da Terra já se encontrava em Heráclito e em Aristóteles de Samos, que foi redescoberta por Escoto Eriugena e de novo proclamada por Regiomontano e Nicolau de Cusa no século XV. Mas todos eles pregaram no deserto; os espíritos não estavam preparados para aceitar este esquema demasiado incompatível com as outras concepções do momento” (DELATTRE, 1992, p.244).

¹⁴ Delattre observa que, enquanto os antigos gregos costumavam distinguir com bastante cuidado a “teoria” da “ciência”, já a posterior história destas noções conheceu uma aproximação sempre crescente” (DELATTRE, 1982, p.287).

mais no sentido filosófico-contemplativo que possuía na Antiguidade) – como um dos produtos das sociedades científicas. Vale dizer, a “Teoria” ou é parte integrante do discurso científico (uma segunda natureza da própria Ciência), ou é uma visão de mundo que dialoga com o científico, com essa dimensão da cultura que veio a ocupar uma posição central no mundo moderno. Pode-se ter uma “teoria” a respeito de qualquer coisa, e mesmo com relação a questões menores que se relacionem a uma espécie de sabedoria prática. Mas obrigatoriamente o pensar no ‘modo teórico’ deve se amparar, nos dias de hoje, em certos procedimentos e pressupostos que foram reforçados pelo padrão de cientificidade da vida moderna. Já ressaltamos que a “teoria” sem demonstração, sem encadeamento coerente de suas partes, sem verificabilidade, pode se converter meramente em um conjunto de “conjecturas”, pelo menos de acordo com o pensamento que passou a predominar no mundo contemporâneo. É incontornável, portanto, antes que possamos prosseguir mais confortavelmente na reflexão sobre o “teórico”, que esboçemos um delineamento, ainda que sumário, acerca do que é a “Ciência”.

A Ciência, compreendida como forma específica de produzir conhecimento, pode ser identificada a partir da co-presença de alguns aspectos que lhe são inerentes. Deve antes de tudo visar e constituir um conhecimento a ser produzido sistematicamente, com rigor metodológico. O saber científico também deve ultrapassar, necessariamente, o mero nível descritivo ou narrativo, de modo a fornecer explicações ou ‘sistemas para a compreensão’ acerca dos fenômenos que examina. Este sistema explicativo ou compreensivo deve buscar a coerência entre todas as suas partes¹⁵. Em última instância, não busca, a Ciência, no seu sistemático processo de produzir o conhecimento, fornecer valorações éticas ou que tenham por escopo final julgar os fenômenos observados de acordo com algum ponto de vista moral (tal como ocorre com a Ética ou com a Religião)¹⁶. Sobretudo, trata-se de um conhecimento demonstrado, tanto a partir de uma lógica argumentativa, como no que se refere à comprovação de dados que lhe sirvam de base informativa. É por fim, e este é um dos seus aspectos mais definidores, um conhecimento que deve ser “testável”, isto é, passível de ser verificável ou percorrido mais de uma vez por qualquer pesquisador que se proponha a seguir todos os passos da pesquisa original. Para tanto, o conhecimento produzido cientificamente deve explicitar necessariamente o ‘caminho’ e os ‘pressupostos’ que permitiram que o mesmo

¹⁵ “Buscar”, e não necessariamente “alcançar” a coerência total entre todas as suas partes. É mais de um estado de espírito – de um modo de proceder cientificamente – que aqui estaremos falando.

¹⁶ Sobre isto, ver um conhecido texto de Marx Weber que tem por título *A Ciência como Vocação* (1919).

fosse produzido (o ‘método’ e também a ‘visão de mundo’, isto é, a “teoria”, que o sustenta), assim como deve esclarecer as condições de produção do conhecimento em questão¹⁷.

Bem discutido o que é a Ciência, ou pelo menos o que é o “científico”, podemos agora desfechar algumas conclusões a respeito da especificidade do “teórico”. Nas sociedades modernas, uma Teoria pode ser definida como um corpo coerente de princípios, hipóteses e conceitos que passam a constituir uma determinada visão científica do mundo. Conforme Mario Bunge – um dos mais célebres estudiosos de Epistemologia – uma teoria seria um “conjunto de proposições ligadas logicamente entre si e que possuem referentes em comum” (1982, p.41). Faz parte da idéia de teoria a possibilidade de demonstração (de confirmar ou de extrair conseqüências daquilo que é formulado). Para estarmos no âmbito da Teoria também é necessário que o que se formula teoricamente seja submetido a um diálogo com outras proposições teóricas, seja para reforço ou para refutação. Por isto as diversas teorias relacionam-se, por contraste ou por interação, no interior de um campo de conhecimento mais vasto, que é o campo científico específico que se tem em vista. Desta maneira, se uma visão de mundo como a Religião pode se colocar como uma experiência íntima do ser humano perante Deus ou o diante do mundo supranatural, nada impedindo que seja experienciada isoladamente, já a Ciência – e as teorias que nesta estão envolvidas – colocam-se necessariamente em um campo de diálogos. Não se pode avançar no campo científico, nem se movimentar no universo teórico de um determinado campo de saber, sem se conectar com os diversos autores que já percorreram este mesmo campo de saber formulando conceitos e hipóteses, propondo questões e sugerindo respostas, ou arriscando demonstrações e procedimentos argumentativos.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES (1985). *Ética a Nicômacos*. Brasília: UNB [original: entre 335 e 323 a.C].
- ABBAGNANO, Nicola (1999). *História da Filosofia*. Lisboa: Presença.
- ARENDT, Hannah (1998). “O Significado de Revolução” In *Da Revolução*. São Paulo: Ática / UNB. p.17-46.
- BLOCH, Marc (2001). *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [original: 1941-1942].

¹⁷ É por isso que a História, desde o momento em que postulou se tornar científica, ou ao menos se pôs a dialogar com as sociedades científicas, trouxe para o centro de suas preocupações um extremo cuidado em indicar as suas fontes. Essa é uma questão “metodológica” da maior importância para a História. É através da indicação das fontes utilizadas por um historiador que um outro, que deseje submeter o seu trabalho a prova, poderá percorrer o mesmo caminho traçado pelo primeiro pesquisador. A fonte está na base da dimensão de verificabilidade possível à História. Se na Química o pesquisador pode repetir em laboratório a experiência produzida pelo primeiro pesquisador, já a História deve assegurar que todos tenham acesso às fontes examinadas.

- BUNGE, Mário (1982). *Epistemologia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- CROCE, Benedetto (1920). *Teoria e História da Historiografia*. Bari: Gius, Laterza & Figli, [orig: 1917]
- DELATTRE, P. (1992). “Teoria / Modelo” In *Enciclopedia Einaudi*, 21 (*Método — Teoria / Modelo*). Lisboa: Imprensa Nacional. p.223-287.
- FEBVRE, Lucien (1989). *Combates pela História*. Lisboa: Presença, [original:1953].
- HEISENBERG. *Philosophic Problems of Nuclear Science*. New York: Pantheon, 1952.
- KUHN, Thomas (2003). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva [original: 1962].
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello (2002). “Teoria” in *O Ocidente e sua Sombra*. Brasília: Letrativa. p.101-111.
- MARX, Karl (1977). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, [original: 1859].
- MERTON, Robert (1970). *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo. Ed.Mestre Jou.
- POPPER, Karl (1995). *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix [original: 1934].
- VEYNE, Paul (1976). “Os conceitos em história” In SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Teoria da história*. São Paulo: Cultrix, p.120-134 [original: 1971].
- VEYNE, Paul (1982). *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB [original: 1971].
- WEBER, Max (2000). *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix [original: 1919].
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1995). *Tratado Lógico-Filosófico. Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [original: 1922].
- ZIMBARDO, Philip G. e GERRIG, Richard J. (2004). *Psychologie*. Munique: Pearson.
- ZUBIRI, Xavier (1997). *Cinco Lecciones de Filosofía* (6ª edição). Madrid: Alianza.